



Vol. 12, Nº 26 (junio/junho 2019)

MOCHILA NAS COSTAS, ESSE É MEU TURISMO: UMA PROPOSTA DE TURISMO SUSTENTÁVEL NA VILA DE TARTARUGUEIRO, MARAJÓ-PA

Liuzelí Abreu Caripuna¹

Mestra em Ciências Ambientais. Universidade Federal do Pará (UFPA)
liuzeliacaripuna@gmail.com

Willa da Silva dos Prazeres²

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião. Universidade do Estado do Pará (UEPA)
willa.sprazerres@hotmail.com

Jefferson Pinheiro Marques³

Especializando em Aprofundamento Bíblico. Faculdade Teológica Batista Equatorial (FATEBE)
jeffersonmarques@gmail.com

Maurício Cursino de Jesus⁴

Discente do curso em Tecnologia em Comércio Exterior. Universidade do Estado do Pará (UEPA)
Mcursino1408@yahoo.com.br

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Liuzelí Abreu Caripuna, Willa da Silva dos Prazeres, Jefferson Pinheiro Marques y Maurício Cursino de Jesus (2019): "Mochila nas costas, esse é meu turismo: Uma proposta de turismo sustentável na Vila de Tartarugueiro, Marajó-PA", Revista Turydes: Turismo y Desarrollo, n. 26 (junio/junho 2019). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/turedes/26/vila-tartarugueiro.html>

<http://hdl.handle.net/20.500.11763/turedes26vila-tartarugueiro>

RESUMO

O objetivo deste estudo foi apresentar uma proposta diferenciada de turismo, uma atividade responsável, comprometida com a conservação natural e cultural da localidade, dentro daquilo que se observa como práticas de turismo sustentável dentro do segmento de ecoturismo. O artigo explana uma pesquisa acerca do conceito de sustentabilidade, planejamento participativo e turismo como também um projeto elaborado pelos mesmos autores, onde se observa com mais clareza o que seria uma possível prática do ecoturismo. Para a elaboração deste artigo fez-se pesquisas bibliográficas e vivência de campo nos parâmetros do projeto MOCHILA NAS COSTAS, ESSE É O MEU TURISMO com base nos princípios de sustentabilidade. A proposta deste projeto suscita uma nova visão de turismo fora dos parâmetros tradicionais, na qual a população local torna-se protagonista no processo, como um todo.

Palavras-chave: Ecoturismo. Vivência. Planejamento Participativo.

¹ Mestra em Ciências Ambientais pela UFPA. Bacharel em Turismo pela UFPA.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião pela UEPA. Especialista em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agroambiental- DAZ/UFPA. Bacharel em Turismo pela UFPA.

³ Especializando em Aprofundamento Bíblico pela FATEBE. Graduado em Ciências da Religião pela UEPA. Bacharel em Turismo pela UFPA.

⁴ Discente do curso em Tecnologia em Comércio Exterior pela UEPA.

ABSTRACT

The objective of this study was to present a differentiated tourism proposal, a responsible activity, committed to the natural and cultural conservation of the locality, within what is observed as practices of sustainable tourism within the ecotourism segment. The article explores a research about the concept of sustainability, participative planning and tourism as well as a project elaborated by the same authors, where it is observed with more clarity what would be a possible ecotourism practice. For the elaboration of this article, bibliographical researches and field experience were carried out in the parameters of the project MOCHILA NAS COSTAS, ESSE É O MEU TURISMO based on the principles of sustainability. The proposal of this project raises a new vision of tourism outside the traditional parameters, in which the local population becomes protagonist in the process, as a whole.

Keywords: Ecotourism. Experience. Participatory Planning.

1. INTRODUÇÃO

O turismo se tornou, com o passar dos anos, objeto de estudo e pesquisa de diversas áreas de conhecimento. Essa atividade dinamiza a economia onde se instala, permite o intercâmbio cultural, gera empregos, pode ocasionar melhorias na vida das populações envolvidas. Entretanto, se não houver planejamento, se não existirem preocupações por parte dos administradores em relação à população residente e não for pensado de forma sustentável podem levar ao esgotamento dos potenciais naturais e culturais do lugar.

O turismo é visto hoje como uma atividade em ascensão no mundo, dinamizando a economia. Os impactos exercidos na vida das pessoas e nos locais onde a atividade se instala são objetos de estudos de pesquisadores desse fenômeno. Pode-se dizer que o turismo chega com um potencial transformador alterando a realidade local, causando impactos positivos e significativos impactos negativos, a partir destas questões começam a surgir iniciativas que apontam caminhos sustentáveis para o desenvolvimento da atividade, através de políticas públicas e do planejamento participativo.

Essas iniciativas se destacaram em meados de 1970, onde países desenvolvidos começaram a fomentar alguns estudos de alerta para os problemas ambientais causados pelo turismo de massa, refletindo assim, as preocupações em relação às questões ambientais e a possibilidade do esgotamento dos recursos naturais. Partindo dessa concepção começa-se a pensar numa alternativa de se praticar um turismo com novos valores e hábitos, com foco na inclusão social e na conservação do meio ambiente.

Essa nova pegada segue os princípios turismo sustentável (turismo de base comunitária, ecoturismo, turismo rural dentre outros que coadunam com a mesma premissa), o qual visa a harmonização do crescimento econômico com a promoção da igualdade social através da melhoria da qualidade de vida da comunidade local, conservação das atividades primárias, fortalecimento da identidade regional do sujeito, repasse do conhecimento endógeno por meio da convivência participativa do turista, juntamente com o uso consciente dos recursos naturais.

Com isto, o turismo teve uma adequação a uma nova demanda do mercado, que anseia por práticas mais conscientes no que tange as questões ambientais e sociais, além de se manter

disposta na interação com a população local. Ao falar de sustentabilidade é imprescindível inserir a comunidade no processo. Quando ela se faz presente no processo da atividade turística, entendendo o que acontece, torna-se protagonista e detentora de voz ativa dentro do sistema, absorvendo benefícios.

Em geral, dificilmente se desenvolve alguma atividade no ambiente sem degradá-lo, no entanto, a degradação pode ser minimizada. E é o que se tem buscado quando se fala em sustentabilidade, além da inclusão da comunidade na atividade que faz crescer os resultados positivos.

O objetivo deste artigo é mostrar a importância da sustentabilidade nas atividades turísticas, dando ênfase para o turismo sustentável participativo (na segmentação do ecoturismo). Nesta perspectiva, desenvolvemos o projeto MOCHILA NAS COSTAS, ESSE É O MEU TURISMO, como uma proposta de ecoturismo que inclui a convivência dos turistas nas localidades, a considera a sustentabilidade inserida na comunidade dentro no planejamento participativo. A metodologia utilizada para este artigo se realizou através de pesquisas bibliográficas e da utilização dos passos metodológicos contidos no projeto MOCHILA NAS COSTAS, ESSE É O MEU TURISMO, uma proposta diferenciada de turismo.

2. TURISMO SUSTENTÁVEL

A relação turismo e meio ambiente sempre foi conturbada, dando a ideia de escolha: desenvolve-se o turismo ou preservar-se a natureza. Esse pensamento optativo deve-se aos ideais precedidos da Revolução Industrial. Nesse período há a introdução de um novo modelo econômico na sociedade moderna, o qual tinha como foco principal a geração de renda, por meio da exploração e da expropriação dos recursos naturais, transformando irracionalmente o meio ambiente, fazendo com que o equilíbrio ecológico dificilmente se estruturasse (CARIPUNA; PIMENTEL, 2018).

Diante desse contexto, surge o fenômeno chamado de turismo de massa que segundo Ruschmann (2001 p. 110), é “caracterizado por um grande volume de pessoas que viajam em grupos ou individualmente para os mesmos lugares, geralmente nas mesmas épocas do ano”, constituindo-se um dos maiores agressores dos recursos naturais, haja vista, que necessita de grande infraestrutura como hotéis, pousadas, bares, restaurantes, rodovias entre outros aparelhos turísticos.

Esse tipo de turismo é muito explorado pelo segmento de sol e praia, onde toda orla fica tomada por esses aparelhos turísticos e não proporcionam uma interação harmoniosa com a natureza. Inicialmente,

a característica da exploração realizada pelo turismo de massa não tornava tão evidente os seus impactos negativos no ambiente natural, a tal ponto que durante a década de 60, em termos de desenvolvimento econômico, somente se considerava seus aspectos positivos e ele era visto como a verdadeira dádiva dos céus (DIAS, 2007, p.13).

Assim, criou-se a ideia que o turismo seria a solução para os problemas, principalmente, dos países pobres, pois acreditava-se que a atividade turística seria o fator principal para gerar divisas, conforme afirma Arrone (1992),

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), por exemplo, afirmava que nessa atividade concentra-se um potencial de crescimento

quase ilimitado, e tanto o banco mundial como as Nações Unidas lançaram-se a promovê-la nos países em desenvolvimento. Nesse contato, as Nações Unidas declaram 1967 como o ano internacional do turismo. Acredita-se que os hábitos de lazer e de viagens de quem vivia nos países ricos iriam abrir as portas do desenvolvimento incentivou o turismo sem estudos adequados de sua viabilidade (ARRONE, 1992 *apud* DIAS, 2007, p. 13).

A premissa do turismo de massa, gerou e ainda gera significativos impactos negativos sem um planejamento participativo e políticas públicas adequadas. Possivelmente, esse fato está atrelado a visão dos agentes econômicos em relação a atividade turística, vista apenas, como um produto de retorno rápido, para um posterior investimento.

Meados dos anos 1970, os países desenvolvidos começaram a apontar estudos de alerta para os problemas ambientais causados pelo turismo de massa, o que propiciou uma maior reflexão em relação às questões ambientais e a possibilidade do esgotamento dos recursos naturais. Diante desse contexto, cria-se o conceito normativo básico de desenvolvimento sustentável na Conferência de Estocolmo, onde foi designado à época como “abordagem do ecodesenvolvimento” e, posteriormente, renomeado como desenvolvimento sustentável.

O uso dos recursos naturais pelas gerações atuais sem prejudicar as necessidades das gerações futuras (BRUNDTLAND *apud* SCHARF, 2004), se define como desenvolvimento sustentável. Com base nesse preceito, o turismo sustentável prega novos valores e hábitos, que busca pela melhora na qualidade de vida, através de atividades que agridem menos a natureza, ou seja, implica em um novo paradigma de pensar as sociedades humanas seguindo uma nova ética de democratização de oportunidades e justiça social, percepção das diferenças como elemento norteador de planejamento, compreensão da dinâmica de códigos e valores culturais e compromissos globais com a conservação dos recursos naturais.

Desta maneira, a preocupação na busca de novas formas de desenvolvimento de uma sociedade, de forma a minimizar seus impactos na própria sociedade (impactos culturais) e no meio ambiente onde a mesma se desenvolve (fauna e flora) é algo recente, pensado nas últimas décadas. Talvez isso tenha sido além de uma estratégia de expansão capitalista (em vista da saturação do turismo tradicional), um resultado da emergência das questões ambientais que vem ocupando gradativamente o centro do cenário político internacional.

Para Dias (2007), o surgimento dessa nova forma de turismo se deu através de uma série de circunstâncias, as quais o mesmo destaca alguns pontos:

- O aumento da consciência da necessidade de conservação dos recursos naturais;
- A necessidade psicológica das pessoas de encontrarem alternativas de lazer das práticas nos grandes centros urbanos;
- Maior aproximação de formas de vidas em contraposição a complexidade da vida moderna nos grandes centros urbanos;
- Busca de melhor qualidade de vida, que se traduz em maior interação a natureza.

Hoje os turistas estão cada vez mais exigentes, em relação a esse segmento de turismo, no que diz respeito à preservação da natureza. Mas também estão dispostos a interagir com a população local. Essas preocupações levaram também à criação em 1º de outubro de 1999, no Chile,

através da Organização mundial de turismo, o Código Mundial de Ética do turismo, que em seu art. 3º que se refere ao turismo como fator de desenvolvimento sustentável (OMT, 1999).

- É dever de todos os agentes envolvidos no desenvolvimento turístico salvaguardar o ambiente e os recursos naturais, na perspectiva de um crescimento econômico sadio, contínuo e sustentável, capaz de satisfazer equitativamente às necessidades e às aspirações das gerações presentes e futuras.
- Todos os tipos de desenvolvimento turístico que permitam economizar os recursos naturais raros e preciosos, principalmente a água e a energia, e que venham a evitar, na medida do possível, a produção de dejetos, devem ser privilegiados e encorajados pelas autoridades públicas nacionais, regionais e locais.
- Deve ser equacionada a distribuição no tempo e no espaço dos fluxos de turistas e de visitantes, especialmente a que resulta das férias escolares e de trabalho, e buscar-se um melhor equilíbrio na frequência, de forma a reduzir a pressão da atividade turística sobre o meio ambiente e a aumentar o seu impacto benéfico na indústria turística e na economia local.
- As infraestruturas devem estar concebidas e as atividades turísticas programadas de forma a que seja protegido o patrimônio natural constituído pelos ecossistemas e a biodiversidade, e que sejam preservadas as espécies ameaçadas da fauna e da flora selvagem. Os agentes do desenvolvimento turístico, principalmente os profissionais, devem permitir que lhes sejam impostas limitações ou obstáculos às suas atividades quando elas sejam exercidas em zonas particularmente sensíveis: regiões desérticas, polares ou de altas montanhas, zonas costeiras, florestas tropicais ou zonas úmidas, propícias à criação de parques naturais ou reservas protegidas.
- O turismo de natureza e o ecoturismo são reconhecidos como forma de turismo especialmente enriquecedora e valorizadora, sempre que respeitem o patrimônio natural e as populações locais e se ajustem à capacidade de carga dos locais turísticos.

Ou seja, é importante valorizar tanto meio natural como a população local que deve ser valorizada e acima de tudo respeitada pelas suas diferenças étnicas e culturais além de propor o seu desenvolvimento de forma sustentável às essas pessoas.

Desse modo, é possível através de políticas públicas eficazes e bem planejadas de forma a valorizar a especificidade de cada localidade. O Brasil possui metas e normas de implantação através da Certificação Brasileira de Turismo Sustentável (STSC), através do qual viabiliza, caracteriza e identifica a atividade turística ou de seus produtos que sejam ambientalmente adequados, economicamente viáveis e socialmente justos. Esse certificado explana o seguinte (WWF, 2001, p. 78):

P1. RESPEITO A LEGISLAÇÃO VIGENTE O turismo deve respeitar a legislação vigente em todos os níveis no país, as convenções internacionais e os Princípios e Critérios do Turismo Sustentável. P2. DIREITOS DAS POPULAÇÕES LOCAIS O turismo deve buscar e promover mecanismos e ações de responsabilidade socioambiental; de promoção da equidade econômica e da defesa dos direitos humanos e de uso da terra, mantendo ou ampliando, a médio e longo prazo, o desenvolvimento socioambiental dos trabalhadores e comunidades envolvidas. P3. VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO E DAS CULTURAS LOCAIS O turismo deve reconhecer e respeitar o patrimônio histórico-cultural das regiões e países receptores e ser planejado, implementado e gerenciado em harmonia às tradições e valores culturais, colaborando para seu desenvolvimento. P4. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DOS DESTINOS TURÍSTICOS O turismo deve contribuir para geração e qualificação crescente do emprego e da renda, e fomentar a capacidade local de desenvolver empreendimentos turísticos. P5. CONSERVAÇÃO DO AMBIENTE NATURAL Em todas as fases de implantação e operação, o turismo deve adotar práticas de mínimo impacto sobre o ambiente natural, de forma a contribuir para a manutenção das dinâmicas e processos naturais em seus aspectos físicos e biológicos, considerando o contexto cultural e socioeconômico existente. P6. SUSTENTABILIDADE DA ATIVIDADE A viabilidade econômica do turismo deve considerar os custos sociais e ambientais. P7. PLANEJAMENTO E GESTÃO

RESPONSÁVEL O turismo deve ser implementado com base em um processo documentado que demonstre o compromisso permanente com os princípios e critérios do turismo sustentável.

A população local exerce um papel muito importante nesse processo, devendo estar em primeiro plano. Assim, deve-se aplicar o planejamento do tipo participativo, para que possam escolher que tipo de turismo deve ser desenvolvido em seu espaço. Desta forma poderá se olhar o turismo de forma diferenciada, mais responsável, servindo assim de exemplo às gerações futuras, impulsionando novas reflexões acerca de meio ambiente e geradora de uma nova educação turística.

3. PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

Existem várias formas de definir planejamento, conforme a origem de seus planejadores, no entanto, todas elas referem-se à organização do futuro, ou seja, orientar as atividades de outrora. Quando se trata de planejar deve-se compreender toda a complexidade dessa abordagem, e para que o mesmo seja eficaz, “o planejamento deve ser um processo dinâmico e permanente que incorpore o mais próximo possível a complexa realidade que pretende organizar” (BARRETO 2002, p.12 *apud* DIAS, 2003. p.88).

O planejamento turístico, quando compreendido como processo dinâmico, necessita de uma análise e monitoramento das políticas públicas, a fim de manter o equilíbrio rumo aos objetivos e as metas traçadas. No entanto, os governos se mostram mais preocupados com a divulgação e os retornos a curto prazo do que com o investimento estratégico e com a sustentabilidade.

E com o setor privado é mais complicado, pois raramente está interessado nas questões ambientais e sociais a longo prazo, por visar à maximização dos lucros a curto prazo, a causar impactos negativos tanto na economia local quanto no bem-estar de toda a comunidade. O planejamento é uma atividade dinâmica e não estável, quando coordenada, consegue alcançar um objetivo futuro.

O planejamento participativo em conjunto com a atividade turística deve ter como primeiro passo garantir a interação e cooperação entre os atores locais e representantes das empresas turísticas, e a ideia da prática sustentável deve ser considerada como uma proposta a uma visão a longo prazo. Após firmada essa parceria, a própria comunidade externará suas ofertas e demandas referentes ao projeto; cabe agora ao projetista avaliar tais informações e iniciar a construção do projeto de visitação turística local, mas sempre levando em conta os atores sociais, seus costumes, tradições, valores e histórias.

Assim a prática do turismo poderá propor uma leitura positiva para gestão do patrimônio cultural e ambiental, servindo tanto para promover o desenvolvimento do município e valorização dos espaços com conservação do meio ambiente, quanto para melhoria das condições de vida dos cidadãos locais. No entanto, para que isso aconteça é necessário estabelecer as bases de uma política municipal de turismo que vá ao encontro das necessidades da população local, bases essas pré-estabelecidas num Plano de Desenvolvimento do Turismo construído em conjunto com a população local, fora do modelo tradicional de planejamento unilateral (DIAS, 2003).

Esse modelo de planejamento participativo ou transacional do turismo é considerado como uma alternativa para inclusão social. Diante deste fato as Organizações Não Governamentais (ONGs) internacionais passaram a incluir o turismo em suas pautas de discussões associadas as temáticas sociais e ambientais, o mercado também se apropriou dessa pegada sustentável, como uma nova tendência para valorizar seus pacotes turísticos. As agências e prestadoras de serviços turísticos passaram a reconfigurar seus pacotes e serviços de acordo com esse novo perfil, um turista mais inteirado com as temáticas da responsabilidade social e ambiental (IRVING, 2008).

Desse modo, a atividade turística ganha um novo foco, a sustentabilidade, a prezar pela conservação dos recursos naturais e culturais com o compromisso de desenvolvimento socioeconômico das comunidades receptoras. A incluir os atores sociais em todas as etapas do planejamento, implementação e implantação dos projetos, gerando benefícios para a população local e sua autonomia no processo de decisão (IRVING, 2002a *apud* IRVING 2008).

O turismo quando pensando a partir de um viés sustentável e participativo, se qualifica como um instrumento importante na luta contra a pobreza, a ser uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável das populações tradicionais em consonância com políticas públicas adequadas. Esse novo modelo aparece como uma solução para os problemas, na medida em a população local coloca seus desejos e anseios, e os mesmo são considerados. Toda via, para que isso ocorra de fato, é necessário que o agente planejador direcione o processo através do conhecimento e da experiência adequada, na qual a comunidade conheça por completo seus interesses e de suas aspirações.

O aspecto mais importante da política de turismo é a “proteção” da comunidade e do meio ambiente. Para Swarbrooker (2000, p.59) “uma das pedras fundamentais do turismo sustentável é a ideia de que a comunidade local deve participar ativamente do planejamento do turismo e talvez controlar a ‘indústria do turismo’ local e suas atividades”. A participação além de ser um direito do cidadão e também um mecanismo de inclusão social e otimização de políticas públicas.

Deste modo, o turismo terá papel ativo na inclusão social quando todos àqueles afetados detiverem condições dignas de vida no seu dia-a-dia, sem deixarem seus locais de origem e de suas práticas primárias. Para isso é de suma importância que haja parceria entre empresários do setor e poder público, pensando em primeiro plano o bem-estar da comunidade local (MARCON; BARRETO, 2004).

Entretanto, mesmo no planejamento participativo, o estado continua sendo o principal tomador de decisões finais, o que acaba desestimulando a população em participar de um processo em que suas decisões não são levadas em consideração. Esta visão é exemplificada por Dencker (2004, p. 12):

o brasileiro aprendeu pela experiência que, independentemente de suas ações e opiniões, as decisões finais sempre serão tomadas pela cúpula e no seu interesse. Isso faz da maioria da população uma expectadora do processo, pois não há interesse em participar de decisões geradas por um processo em que ela não acredita.

Para que possa acontecer o planejamento participativo é necessário que ele seja aceito nas esferas maiores, e que o planejador dinamize interesses socioeconômicos, ecológicos e culturais da comunidade a ser afetada.

4. POLÍTICA DO SETOR PÚBLICO E TURISMO SUSTENTÁVEL

O turismo hoje é uma das mais importantes atividades econômicas no contexto mundial, a gerar divisas, empregos e trabalhos indiretos, além da circulação constante de pessoas e suas culturas. No Brasil não é diferente, a atividade turística ocupa um significativo espaço na economia nacional, principalmente, na região nordeste e sul do país. Apesar disso o país ainda carece de políticas e planos sistematizados que abarque todos os segmentos turísticos.

O turismo sustentável agrega valores a localidade no que tange ao desenvolvimento local, a diminuição das desigualdades sociais e valorização da cultura. Contudo, quando bem planejado, pois necessita diretamente do apoio do poder público para criação de políticas: de acesso, de financiamento, de investimento, de qualificação e fiscalização. Para atuação do turismo sustentável o Estado precisa se fazer presente. As políticas de turismo ainda são um campo em construção, a ocupar um espaço paulatino no âmbito do planejamento e gestão pública, diferentemente de outras políticas como as direcionadas a saúde e a educação, as quais já detêm de agendas e projetos definidos.

O setor público influencia na prática do turismo, principalmente, no desempenho funcional do turismo sustentável. Questões como: legislação e regulamentação; financiamento e incentivo fiscais; controle sobre o número de turistas; planejamento para o uso do solo; entre outras determinações do Estado, as quais direcionam de forma direta a atividade turística e seus segmentos.

Sem tais funções não se faz turismo sustentável, ou melhor, não se faz turismo de forma adequada e satisfatória. O setor público precisa estar ativo, presente e operante, atento a todos os setores que a atividade turística pode atuar. Primeiramente, precisa-se de uma maior sensibilidade, com o receptor. A comunidade que recebe o turista precisa entender o processo, e se sentir incluída nas decisões.

Partindo dessa premissa, o residente local “dará mais frutos”. Atualmente a prática que se vê é de um turismo em processo construtivo, no qual a maioria dos benefícios ainda continuam restritos aos empresários. Neste caso, não há a preocupação com a localidade, a maior atenção está atrelada ao retorno financeiro, enquanto tiver recursos a serem explorados os empresários se faram presentes. Se a área turística perder valor, seja, pela prática predatória que eles mesmos fizeram, ou por qualquer outro motivo, eles abandonam a localidade e partem em busca de outro destino.

Para se dar um fim a esse comando empresarial e a prática de turismo massivo e exploratório, é preciso que o município assuma a liderança no processo, e dite o ritmo das coisas, tais como: o bem comum; trace planos que busquem a sustentabilidade e a preservação do ambiente natural; crie políticas que favoreçam o produtor local; crie espaços para o diálogo entre a sociedade e os empresários, deixando-a par de tudo o que acontecer. O Estado ou poder público deve garantir a conservação do patrimônio material e imaterial da comunidade.

A política pública tem o seu verdadeiro sentido quando é voltada para o bem comum, quando promove ações de ascensão comunitária e cria programas de desenvolvimento com foco no crescimento humano com a dignidade. Tais demandas são extremamente necessárias para que se

faça valer uma boa política do setor público e do turismo sustentável. Logo, cabe ao planejador /facilitador do processo colocar acima de tudo o bem-estar coletivo e dar voz a comunidade, em consonância com as políticas públicas municipais e estaduais.

Outro ponto a ser considerado para o desenvolvimento turístico sustentável, é o saber endógeno, principalmente, para elaboração do projeto, de tal modo, que as populações locais devam participar do planejamento, implementação, avaliação do projeto turístico até a efetivação do mesmo, garantindo assim, a essência para a sustentabilidade e conservação do patrimônio natural e cultural. Confirmando assim a explanação da Irving (1998: 140 *apud* IRVING, 2008, p. 114):

As vantagens da participação nos estágios iniciais de concepção de um projeto de desenvolvimento são inúmeras, a começar pelo saber compartilhado da problemática local e a identificação de necessidades essenciais a serem incorporadas na visão de projeto. Da mesma maneira, o processo participativo nesse estágio é capaz de nortear o *timing*⁵ do projeto e sua adequação ao tempo de resposta do beneficiário. Nesse sentido, se abre a possibilidade de um engajamento efetivo dos diversos atores envolvidos e o desenvolvimento de uma postura pró-ativa na resolução de problemas sob a ótica da co-responsabilidade. Da mesma forma, o processo permite a avaliação realista de custo-benefício das intervenções propostas e, principalmente, a “apropriação” do projeto pelo próprio beneficiário, ponto fundamental para a sustentabilidade desejada (IRVING 1998: 140 *apud* IRVING, 2008, p. 114).

A participação social é um grande diferenciador na prática de projetos de base local, democrático, o mesmo integra a comunidade em todas as vertentes, contudo, esses processos participativos são lentos, envolvem custos adicionais, grandes investimentos em recursos humanos e construção de arcabouço metodológico.

Depois de planejado e articulado, o segmento virá a ser um meio de captação de renda para as comunidades tradicionais (extrativistas, pesqueiras artesanais, ribeirinhos, pequenos agricultores familiares, indígenas, quilombolas, caiçaras e tantas outras), dependendo diretamente das atividades primárias dessas populações (agricultura familiar, caça e pesca, extrativismo entre outros).

Mielke (2009, p. 20) afirma que:

O Turismo, quando bem organizado é considerado uma grande força promotora de benefícios, tanto para o município especificamente, como para a região, em função da possibilidade que tem de proporcionar uma melhoria da situação econômica de cada elemento que compõe a oferta. O que se observa, independentemente do tamanho do município, é que há certa confiança e/ou expectativa de que o turismo realmente tenha condição de estimular a economia local (MIELKE, 2009, p. 20).

Esse segmento turístico não substituirá o tradicional turismo massivo em termos de receita. Pelo contrário, este segmento constitui uma alternativa aos pacotes padronizados pelo mercado, o qual necessita de parcerias com a gestão pública, por exigirem medidas a serem realizadas somente pelo poder público, como por exemplo: o saneamento básico, fornecimento de iluminação e água.

A atividade turística pode abrir “novos leques” de oportunidades de trabalho em conjunto com a mão-de-obra familiar, a contribuir para o aumento da renda e para a melhoria das condições de vida da população local. Mas esse segmento não pode ser caracterizado como garantia de geração de emprego e renda, ele apenas “abre novos leques”, sua principal função é a valorização da cultura

⁵ Timing: Tradução do inglês para o português significa cronometragem ou “escolha do momento”.

local e transmissão desses conhecimentos ou do saber endógeno por meio do encontro com outras identidades, ou seja, com os turistas.

Por fim, depois que o produto turístico estiver consolidado, deve-se articular, juntamente, com a comunidade como será a promoção deste produto, assim como a formação dos moradores para o bem receber dos turistas. A partir desse encontro que haverá a relação local-global, e a determinação da excelência ou não do segmento turístico na localidade.

5. ECOTURISMO: UMA ALTERNATIVA DE SUSTENTABILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL

O turismo nos dias atuais tem sido qualificado como de grande importância na geração de oportunidades de trabalho direto e indireto na escala local e regional, além de contribuir na conservação dos patrimônios naturais e culturais. Mas para que esses impactos positivos aconteçam é necessário que haja políticas públicas direcionadas para esse fim.

Quando o turismo é desenvolvido em grandes complexos hoteleiros, dificilmente oferecerá benefícios à comunidade do entorno. Porém, com a nova consciência de preocupação com o meio ambiente, vê-se crescer experiências que tentam aproximar as comunidades locais dos benefícios gerados pela atividade turística. Essas experiências têm como principal objetivo modelos mais justos e igualitários de turismo, levando em conta a sustentabilidade, permitindo que a comunidade seja inserida no planejamento, da implementação e do monitoramento da atividade, possibilitando a geração de emprego e trabalho para a população local.

A concepção de desenvolvimento sustentável implica um novo paradigma de pensar as sociedades humanas segundo uma nova ética de democratização de oportunidades e justiça social, percepção das diferenças como elemento norteador de planejamento, compreensão da dinâmica de códigos e valores culturais e compromisso global com a conservação dos recursos naturais (IRVING, 2002, p.35).

O ecoturismo é um componente essencial para o desenvolvimento sustentável. É um segmento de mercado criado com o intuito de tornar a indústria de viagens mais sensível ao meio ambiente. Esta modalidade de turismo encontra suas raízes na natureza utilizando-a de forma criteriosa, cuidadosa, priorizando o respeito para com a mesma não se esquecendo das populações ali existentes. Para o instituto brasileiro de turismo (EMBRATUR, 1994) ecoturismo é:

um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista, por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.

Deste modo, o ecoturismo contribui para a conservação do ambiente natural e cultural buscando sempre respeitar as particularidades locais, promovendo benefícios como: fortalecimento da identidade dos moradores da região, conservação do meio ambiente e geração de renda, além da minimização dos impactos negativos, por meio de planejamento participativo, educação ambiental e políticas públicas que visam a proteção do meio ambiente;

Do âmbito das políticas públicas, segundo Dias (2003) há preocupações dos governos estaduais situados em zonas de alto potencial ambiental em desenvolver polos turísticos, alternativos, com financiamento externo e linhas de créditos do governo federal. Um desses programas é o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR) que abrange nove estados: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Roraima e Tocantins. Como

objetivo geral, busca viabilizar o desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal, como uma das bases para o desenvolvimento sustentável da região.

O projeto PROECOTUR recebeu financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e envolveu vários órgãos do governo federal em sua implantação (MMA; Instituto do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro de Turismo; Ministério do Planejamento, orçamento e gestão, entre outros). Essas esferas de poder fazem implementações de políticas públicas implantadas pelo plano de desenvolvimento para as localidades com o objetivo de:

1. Proteger e desenvolver os atrativos turísticos da região criando e/ou apoiando parques e reservas com manejo Ecoturístico;
2. Criar ambientes de estabilidade para investimentos e empreendimentos de ecoturismo (definição de políticas, normas e fortalecimento dos órgãos de gestão ambiental e desenvolvimento turístico);
3. Viabilizar operacionalmente empreendimentos ecoturismo (estudos de mercados, identificação, desenvolvimento e adaptação de novas tecnologias e disponibilização dos resultados para investimentos privados);
4. Viabilizar financeiramente empreendimentos de ecoturismo com ampliação de linhas de crédito específica para o segmento;
5. Melhorar, ampliar ou implantar a infraestrutura básica necessária para viabilizar o aumento do fluxo turístico para a Amazônia Legal.

Por meio da interação dessas políticas com as exercidas por cada setor, pode-se trabalhar o turismo não como produto acabado, mas como fenômeno de contínua mudança permitindo a sociedade a se organizar e até incluir aqueles que estão excluídos da dinâmica capitalista. O processo participativo é o instrumento mais eficaz da sustentabilidade, garantindo a “continuidade do processo dos impactos indiretos dele decorrentes, e nem sempre mensuráveis” (IRVING, 2002, p. 42).

Uma peça fundamental do processo participativo é a educação. Segundo Meyer (1991 *apud* IRVING, 2002, p. 37), educação é “um processo de aprendizagem de conhecimento e exercício da cidadania que capacita o indivíduo para uma visão crítica da realidade e uma atuação consciente no espaço social”. Com base na visão de Meyer, a educação contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e críticos.

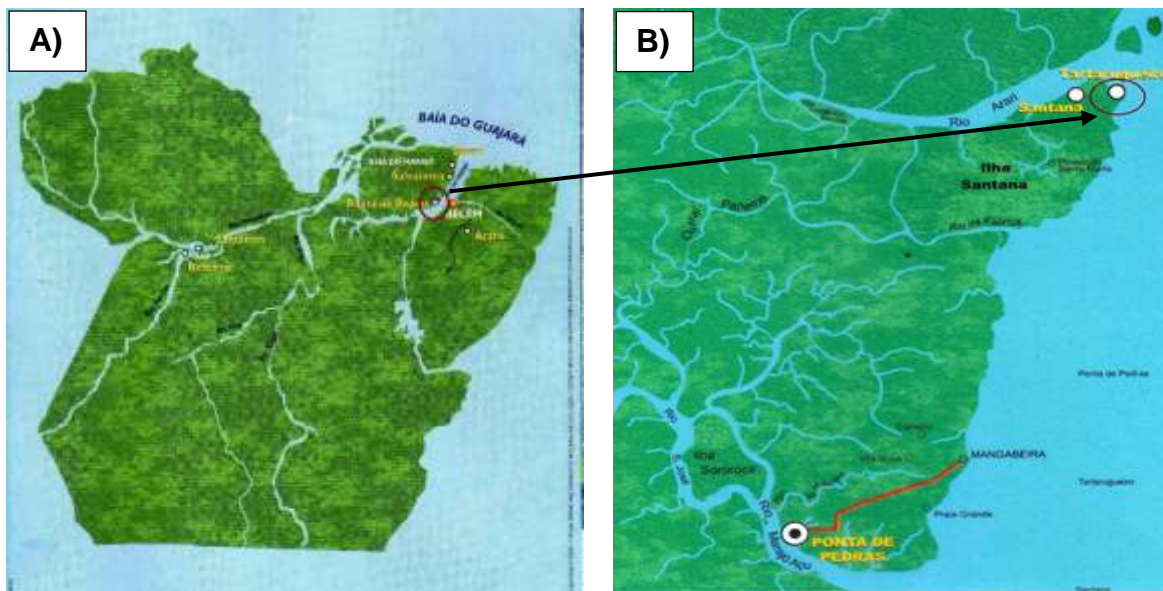
6. CARACTERIZAÇÃO DE TARTARUGUEIRO⁶

A Vila de Tartarugueiro está situada no município de Ponta de Pedras no Arquipélago Marajoara (Imagem 1A). Este por sua vez tem como limites ao: “Norte, Santa Cruz do Arari e Cacheira do Arari; a Leste, Baía do Marajó e Cachoeira do Arari; ao Sul, rio Pará e Muaná; a Oeste Anajá e Muaná” (PARÁ, 2002, p. 10-11). A comunidade ou Vila de Tartarugueiro (Imagem 1B) é uma localidade de afrodescendentes, situada na Ilha de Santana, Município de Ponta de Pedras, à

⁶ Todas informações contidas neste subcapítulo, foram adquiridas a partir de informações verbais, durante a entrevista de campo, 2012, 2016 e 2018.

margem da Baía do Marajó. Composta por uma população de “186 moradores divididos em 45 famílias, a comunidade é um retrato da herança quilombola no estado do Pará” (Informação verbal)⁷.

Imagem 1: Mapa do estado Pará, indicando Ponta de Pedras e Tartarugueiro



Fonte: PARATUR, 2012 modificado por Caripuna, 2019.

Sua origem deu-se a partir da chegada dos escravos, que vinham da Baía e adentravam nos furos. A mando de seus senhores, com o tempo foram se agregando outras famílias e formando a comunidade. Tartarugueiro, como o próprio nome indica, vem de tartaruga e se explica pela existência de muitas tartarugas no local em tempos passados. Conforme relatos dos moradores, o número de tartarugas na época de desova era tão elevado, que a praia em frente à comunidade (conferir Imagem 2) ficava escurecida desses animais, os quais encobriam toda areia.

Imagem 2: O anoitecer na Praia de Tartarugueiro

⁷ Informação adquirida na entrevista de campo, 2012.



Fonte: Caripuna, 2018.

Os moradores sobrevivem a partir da pesca e da extração de frutos, e sua economia gira em torno da venda desses produtos no distrito de Icoaraci (é um dos oito distritos administrativos da cidade de Belém, capital do estado do Pará, aproximadamente 20 km de distância). A sobrevivência dos moradores de Tartarugueiro depende diretamente das suas práticas primárias (ver Imagem 3).

Imagem 3: Práticas Primárias, a Pesca



Fonte: Cursino, 2018.

6.1 POTENCIALIDADE TURÍSTICA

Tartarugueiro é um lugar de natureza quase intocada, onde se vê uma relação amigável entre o homem e o meio ambiente. Por onde se anda, pode-se olhar e contemplar as belezas naturais,

conta uma variada flora e fauna, com praias fluviais dentro da localidade e arredores, desde praias permanentes a praias de verão (típicas da região amazônica, grandes bancos de areias que surgem no período do verão amazônico), com destaque para a praia do Ajurú, ver Imagem 4, nomeada devido a fruta ajurú que se encontrava em grande quantidade no passado, contudo, pouco vista nos últimos anos.

Imagem 4: Praia do Ajurú



Fonte: Caripuna, 2018.

A variedade gastronômica também chama a atenção. Por ser uma comunidade pesqueira, ela tem intimidade com o pescado e detêm receitas elaboradas por moradoras da comunidade. Além do peixe, os moradores preparam sucos e cremes com as frutas regionais, açaí, cupuaçu, bacuri, manga, carambola entre outras.

Na parte cultural, Tartarugueiro destaca-se também. Têm-se apresentações de danças regionais e um forte apego religioso dentro do catolicismo popular amazônico, principalmente, com a Festa Religiosa Popular do Padroeiro Divino Espírito Santo (ver Imagens 5 e 6), na comunidade esse sagrado é representado por um objeto com a presença de uma pomba de metal (na tradição cristã a pomba representa o Espírito Santo).

A Festa do Divino Espírito Santo ocorre em meados do mês de maio ou junho, com a duração de duas semanas, e tem o seu ápice no último final de semana, a principal tradição no tempo festivo são chamados torneios esportivos, quando moradores de áreas adjacentes e da capital, Belém, vem para a comunidade para participar das práticas desportivas, uma competição sadia com os demais residentes da vila. O profano como em toda festa religiosa se faz presente com os bailes realizados no barracão sábado à noite. No último domingo da festividade pela manhã há o encerramento das comemorações com a derrubada do Mastro Sagrado, que na verdade é o tronco de uma árvore todo ornamentado com frutas e símbolos religiosos, o qual foi deixado em um lugar visível desde o início das festividades até o dia da sua derrubada. Neste dia a direção da festa divulga as propostas do próximo festejo.

Imagem 5: Barracão, onde é realizada a festividade



Fonte: Caripuna, 2016.

Imagem 6: Imagens dos Símbolos Religiosos do Divino Espírito Santo



Confo ⁸ Fonte: Caripuna, 2016.

Esta festividade segue os mesmos princípios e rituais da sua época de criança, o tradicionalismo persiste apesar do advento da modernidade, que também alcançou a vila. E assim como na Festa Religiosa, marcada pelas tradições, onde toda comunidade se envolve, há outras atividades do cotidiano em que os moradores se juntam com frequência, e as executam da mesma forma que seus antepassados, como: o preparo da farinha (Imagem 7), a pesca de camarão (Imagem 7) e peixes (de variadas espécies) e também da extração de frutos.

⁸ Informação verbal.

Imagem 7: O Preparo da farinha.



Fonte: Caripuna, 2018.

Imagens 8: Em busca do pescado de camarão



Fonte: Caripuna, 2018.

Tais ações, sejam elas do cotidiano, do apego religioso, ou mesmo de lazer, é o que torna a comunidade mais interessante e rústica, principalmente para quem busca algo diferente dos pacotes turísticos tradicionais oferecidos pelas agências, nas quais as ações dos moradores são encenadas.

Outo ponto a ressaltar desta localidade é o fato da comunidade ter laços quilombolas. Como se viu anteriormente, a Vila teve seu início com a presença de senhores, donos de engenhos de açúcar, e escravos. No passado essa comunidade era formada por senhores e escravos. Deslocando-se até a comunidade vizinha, Santana, percebe-se na mesma, traços quilombolas como em Tartarugueiro e encontram-se lugares onde se mantinham os escravos no tempo da escravidão. É possível observar nesse lugar a casa usada por um dos senhores de engenho na época (conferir

imagem 9), além de uma igreja que remonta ao final do século XIX e ruínas da época da escravidão (ver imagens 10 e 11).

Imagem 9: Casa Grande



Fonte: Caripuna, 2018.

Imagens 10 e 11: Igreja do século XIX e Ruínas da época da escravidão



Fonte: Caripuna, 2018.

Conforme se viu acima a Vila de Tartarugueiro tem inúmeros elementos que a podem torná-la um destino turístico em potencial, pois não lhe faltam atrativos naturais, históricos e culturais para exercer a atividade turística. Contudo, não se pode deixar de observar que falta a mesma o preparo para conduzi-la e incentivo do poder público para estreitar as distâncias entre o desconhecimento sobre o lugar e as facilidades para chegar nele. Com incentivo público e preparo por parte dos residentes a Vila de Tartarugueiro poderá sair do quase anonimato para um lugar de destaque dentre os destinos turísticos do estado do Pará.

7. PROJETO: MOCHILA NAS COSTAS, ESSE É O MEU TURISMO

O termo “viagem” acolhe dentro de si vários significados e tem sofrido transformações durante os tempos, na antiguidade, por exemplo, viajar tinha como sentido vagar pelo mundo sem destino, no mundo moderno esse significado tomou outras proporções e passa a designar prazer e anseio pessoal. A ideia de viajar sempre esteve ligada aos desejos do homem, de “conhecer o desconhecido”, os navegantes, os antropólogos, entre outros foram os primeiros a experimentar essas experiências, mas sem os propósitos de hoje que são de lazer, diversão e entretenimento.

No entanto, os turistas procuram uma relação de troca direta com meio ambiente natureza o que torna a viagem uma oportunidade de conhecimento do outro, da natureza e até de autoconhecimento deixando de ser vista somente como lazer e ruptura com o cotidiano (Imagem 12).

Imagem 12: Interação dos visitantes com os moradores locais



Fonte: Caripuna, 2018.

MOCHILA NAS COSTAS, ESSE É O MEU TURISMO, surgiu pela observação da quase inexistência desse segmento de mercado regional, haja vista, que as agências de turismo não buscam proporcionar interação de viajantes e nativos. Com o objetivo de promover um turismo diferenciado e acessível, contradizendo o que citam Ramalho; Silva e Rabinovici (2010, p. 40) o ecoturismo como sendo excludente por não ser acessível a todos e sim a uma minoria “privilegiada” pela desigualdade social que assola o Brasil.

A princípio, o projeto seria direcionado a estudantes com espírito aventureiro interessados em visitar lugares pouco conhecidos e a conviver com a comunidade local, ocorrendo trocas de conhecimento mútuo, vivendo e aprendendo tudo isso de uma maneira que dificilmente aprenderiam em suas rotinas diárias, de uma forma totalmente aventureira e enriquecedora, fazendo a difusão cultural e tornando-se verdadeiros veículos de movimentação econômica, ou seja, dinamizando a economia local proporcionando um retorno financeiro direto aos moradores contribuindo para a melhoria na qualidade de vida.

O projeto também tem o intuito de: gerar o mínimo de impactos negativos na localidade na qual ele será inserido; estimular a consciência e o respeito ambiental e cultural; possibilitar a troca de conhecimento entre visitantes e anfitriões; fornecer benefícios financeiros e poder legal de decisão para o povo local, através do planejamento participativo; promover aos estudantes das instituições de ensino superior uma nova percepção da atividade turística. Características estas, voltadas para o segmento de ecoturismo.

Consequentemente, as metas do projeto também trazem no seu escopo característica do ecoturismo como: não interferir na paisagem local; provocar nos atores sociais (turistas, comunidade local, poder público e mercado) envolvidos uma preocupação ambiental e cultural quanto às pessoas e o local visitado; proporcionar aos visitantes e anfitriões aprendizado mútuo através de seus diferentes modos de vida; disseminar entre os discentes de Instituições um olhar diferenciado em relação à prática do turismo; criar parcerias que possibilitem a realização do projeto; parceria com meio de transporte (barco); possibilitar aos moradores uma nova fonte de renda no seu próprio ambiente de vivência.

Os “mochileiros”, público alvo desta atividade proclamam sua diferença e sua singularidade (Imagem 13). Esse novo grupo se diferencia dos demais, pelo fato de não dependerem de empresas especializadas, nem das inúmeras comodidades que o âmbito turístico proporciona, para realizarem suas andanças pelo mundo, o que os move é a aventura. Logo, impulsionados pelo desejo de novas experiências e autoconhecimento, esses “mochileiros”, preferem conhecer e desbravar outras culturas sem experimentar os “enlatados turísticos” que muitas agências oferecem, e apreciar a vida autêntica e as belezas em seu estado puro, chegando até a conviver nelas por certo período, a princípio esses “mochileiros” seriam, os estudantes de nível superior, contudo, de acordo com o andamento e ocorrendo sucesso e/ou melhoria (seja na execução ou no planejamento) do mesmo, pretende-se estender o público alvo abrangendo outras categorias.

Inicialmente, pretende-se implantar o projeto na vila de Tartarugueiro, descrita anteriormente. Pensou-se na vila de Tartarugueiro, pois a mesma se enquadra no projeto por ser um lugar pouco conhecido, apesar de ter grandes atrativos turísticos, e por ter sido incluída no projeto “BRASIL, MEU NÉGOCIO É TURISMO”, desenvolvido pelo Ministério do Turismo em 2006, que visava à qualificação de pessoas que trabalhavam de forma direta com os turistas, como vendedores, carregadores de bagagens, piloto do barco, entre outros. E posteriormente, aspira-se a ideia de desenvolver o projeto em outras localidades.

A metodologia utilizada no projeto dar-se-á através de visitas em universidades e faculdades, notas explicativas postadas em *blogs* e em redes sociais, visando à divulgação do mesmo. Além disso, como parte da preparação do mesmo, aspira-se realizar visitas técnicas às localidades para realizar o planejamento participativo visando à busca de maiores informações, orientações acerca da elaboração e execução, bem como firmação de acordos com as cooperativas locais.

Imagem 13: Interação homem/natureza; Praia de Tartarugueiro



Fonte: Caripuna, 2018.

O presente projeto na sua execução contará com passeio de barco, vivência com a comunidade em seus afazeres tradicionais, visitação de localidades adjacentes, o conhecimento de suas respectivas histórias, tendo como número máximo 20 pessoas por visitação.

ROTEIRO DE VIAGEM

A seguir temos um esboço do Projeto de Roteiro Turístico para Vila de Tartarugueiro, com um esquema cronológico e descrição das atividades, a fim de proporcionar dias de lazer e calma, com boa comida e companhia, com a visitação às ilhas do entorno e vivência na comunidade ali residente, com seu cotidiano, suas tradições e seus costumes. Além de conscientizar e sensibilizar os participantes da importância da diversidade socioambiental e cultural típica da Nossa Amazônia.

- Saída da escadinha de Icoaraci numa sexta-feira às 10h00min, com chegada prevista às 13h00min no Porto da Pedra, localizada na comunidade do Tartarugueiro, município de Ponta de Pedras;
- Após a chegada uma explanação sobre a comunidade para os viajantes, com os representantes locais e os engajados no projeto, seguindo do deslocamento dos mochileiros para os barracões e casa de moradores destinados à abrigo e lugar de repouso. Ainda na sexta, passeio pela localidade e momento de encontro no barracão central, por volta das 22h30minh retorno às casas e barracões para dormir;
- No sábado pela manhã novo passeio pela comunidade com interação dos visitantes com a população local;
- Participação dos estudantes nas atividades diárias dos moradores: preparo de farinha, pesca, caça, extração de frutos na mata, entre outras (se as mesmas estiverem sendo realizadas);
- Almoço no barracão central da comunidade, realizado pelas pessoas da comunidade, havendo apenas da parte dos organizadores a padronização dos preços das refeições;

- Pela parte da tarde haverá uma trilha ecológica (Imagens 14 e 15) de 25 minutos até a praia do Ajurú, onde os turistas poderão banhar-se e apreciar a paisagem;

Imagens 15 e 16: Trilha ecológica



Fonte: Caripuna, 2018.

- Permanência na praia do Ajurú para dormir com opções de estada, ou próximo à praia nas casas de moradores ou na areia da praia se os mochileiros levarem barracas;
- Luau na praia para embalar a noite dos mochileiros;

- No domingo pela manhã passeio de barco (opcional) pelas localidades adjacentes com destaque para a Vila de Santana (Imagens 9, 10 e 11), onde se encontra lugares históricos do período da escravidão no Brasil;
- Almoço ao meio-dia na Vila de Santana com a mesma operacionalização do dia anterior no Tartarugueiro;
- Após o almoço, regresso à comunidade do Tartarugueiro para iniciar os preparativos de retorno à Belém;
- Saída do Tartarugueiro às 14h00min do domingo, com chegada prevista às 17h00min em Icoaraci⁹.

O cronograma de execução iniciará no 1º mês, com a pesquisa da localidade, no 2º mês a visitação técnica na localidade e a programação do projeto, no 3º, 4º e 5º mês acontecerá a divulgação do projeto, tendo o período para agendamento e retorno para programar, juntamente, com a comunidade as atividades que serão realizadas, no 5º mês, no 6º mês é o mês previsto para o início da viagem e o 7º mês é destinado para retorno para a localidade a fim de avaliar os aspectos positivos e negativos da vivência.

Pensando na acessibilidade propusemos um valor simbólico do pacote de R\$60,00, que englobaria a passagem ida e volta acomodação em residência nativa, trilha ecológica, e mais luau. O café da manhã, almoço, jantar (realizados de acordo com os costumes locais) e passeio de barco (opcional), seriam negociados diretamente a comunidade havendo apenas uma padronização dos preços das refeições pelos organizadores.

O processo avaliativo seria realizado no decorrer do projeto através de avaliações quanto aos custos e aos lucros obtidos, bem como verificações contínuas na localidade para identificar aspectos positivos e negativos, visando melhorias e possíveis ajustes no mesmo. Em suma, a realização desse projeto adicionaria aos participantes diretamente envolvidos no seu desenvolvimento, experiência tanto no planejar, quanto no executar e envolvimento interpessoal.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Turismo e natureza nunca foram sinônimos de preservação. Essa prática mostrou-se nessas últimas décadas algo extremamente prejudicial ao meio ambiente com a intensa massificação dos destinos turísticos, que necessitam de grande infraestrutura para que seja promovido. Deste modo, a paisagem nas áreas litorâneas foram se modificando, a flora foi dando lugar a hotéis, bares, restaurantes, resorts entre outros equipamentos turísticos nesse crescente nicho de mercado.

A partir dos estudos de alerta dos impactos que o turismo de massa pode ocasionar no meio ambiente, procura-se meios para manter uma relação harmoniosa entre homem e natureza, através de um planejamento sustentável, levando em consideração o meio e principalmente a população local e suas particularidades. Para isso, faz-se necessário a implementação de políticas pública que promovam o turismo sustentável, através de legislação específica e regulamentação, financiamento e

⁹ Inicialmente pensa-se em três dias de atividade (iniciando numa sexta e finalizando num domingo), porém, existe a possibilidade do aumento das estadias conforme o êxito do projeto.

incentivo fiscais, controle sobre o número de turistas, planejamento para o uso do solo, entre outras para que se possa promover um turismo adequado e satisfatório.

Desde o planejamento até a execução necessita-se que a localidade receptora das atividades esteja a par de tudo que ocorre. Foi com essa perspectiva que se apresentou o projeto: MOCHILA NAS COSTAS, ESSE É O MEU TURISMO. Um projeto elaborado sobre o alicerce do ecoturismo visando o desenvolvimento sustentável dos destinatários do mesmo.

Após o estudo realizado na localidade de Tartarugueiro se acentuou a importância da atividade com base sustentável destacando-se o ecoturismo na região. Com ela pode-se dinamizar a economia, conservar a natureza e o principal: trazer os benefícios tangíveis para a comunidade.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Myrian Veras. *Planejamento: introdução à metodologia do planejamento social*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1977.

BRASIL – MINISTÉRIO DO TURISMO. *O Código Mundial de Ética do Turismo*. Disponível em: <www.madeiraislands.travel>. Acessado em: 04 nov. 2018.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. *Planejamento e gestão em turismo e hospitalidade*. São Paulo: Pioneira Thonson Learning, 2004.

DI PAOLO, D. Flexa. *Orientações para elaboração e apresentação de trabalho de conclusão de curso, dissertação e tese*. 1ª Edição. Belém: UFPA, 2009.

DIAS, Reinaldo. *Turismo sustentável e meio ambiente*. São Paulo: Atlas, 2007.

DIAS, Reinaldo. *Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2003.

EMBRATUR. *Diretrizes para uma política nacional do ecoturismo*. EMBRATUR, 1994.

IRVING, M. A.; AZEVEDO, Júlia. *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo. Futura, 2002.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível?. 2008. In; BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. (Org.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. 2008?. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/TURISMO_DE_BASE_COMUNITARIA.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2018.

MAIA, L. F. S. Políticas Públicas e Identidade Cultural: um binômio significativo na construção de uma intervenção no turismo local. In: BARBOSA, Andréia D. BRITO, Ronaldo C. *et al* (Org.) *Turismo: cultura, lazer e possibilidades de intervenção*. Natal/RN: Gráfica do Banco do Nordeste, 2004.

MARCON, E. M. G.; BARRETTO, M. O turismo como fator de inclusão social via desenvolvimento local. In: *Encontro nacional do turismo com base local, Paraná*: Curitiba, 2004.

MIELKE, E. J. C. *Desenvolvimento Turístico de Base Comunitária*. Campinas – SP: Editora Alínea, 2009.

PARÁ. Companhia Paraense de Turismo. *Levantamento da oferta turística do município de Ponta de Pedras*. Belém: PARATUR, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Código Mundial de Ética do turismo*. Brasília, 1999.

RAMALHO, A. L.; SILVA, P. B.; RABIMOVICI, A. O turismo no contexto da sustentabilidade. In NEIMAN, Zysman; RABINOVICI, Andréa (Orgs.). *Turismo e meio ambiente no Brasil*. São Paulo, 2010.

RUSCHMANN, Dóris. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. 8. ed. Campinas: Papirus, 2001.

SWARBROOKE, John. *Turismo sustentável: meio ambiente e economia*, vol. 2/ tradução Esther Eva Hovovitz. São Paulo; Aleph, 2000.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE. *Programa de Turismo e Meio Ambiente: Certificação em Turismo*. 2001. Disponível em: <<http://www.terrabrasilis.org.br/ecotecadigital/images/abook/pdf/Certificao%20em%20Turismo-%20lies%20mundiais%20e%20recomendaes%20para%20o%20Brasil.pdf>>. Acessado em: 20 de mai. de 2018.